

# RESENHAS



MEIRELLES, Juliana G. *Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, 252 p.

**Cristiane A. Camacho dos Santos**

Mestranda em História Social – FFLCH/USP - Bolsista da Fapesp

A obra de Juliana Gesuelli Meirelles resultou de pesquisa de mestrado desenvolvida de 2003 a 2005 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, sob orientação de Leila Mezan Algranti. A autora é graduada em Jornalismo pela PUC de Campinas, bacharel e mestre em História pela Unicamp e, atualmente, é doutoranda em História Cultural na mesma universidade. A dissertação que originou a obra – *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821)* – foi vencedora do prêmio D. João VI de Pesquisa – 2007, promovido pela Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (Coluso) em parceria com a Universidade de Coimbra e com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Periódico oficial da corte portuguesa sediada na América, a *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou entre 10 de setembro de 1808 e 31 de dezembro de 1822, tendo seu nome alterado para *Gazeta do Rio* a partir de janeiro de 1822. Era de propriedade dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, contando, ao longo de sua existência, com três redatores: frei Tibúrcio José da Rocha, de 1808 a 1812; Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, de 1813 a agosto de 1821; e Francisco Vieira Goulart, até 1822. Juliana Meirelles dedica-se a analisar o papel desempenhado pela *Gazeta do Rio de Janeiro* nos momentos finais de vigência, na América, daquilo que muitos historiadores chamariam de “absolutismo português”. Sobre esse aspecto, procura verificar a qual tradição de imprensa a *Gazeta* estava vinculada para melhor definição de suas origens, usos

sociais e sentidos históricos. Seu objetivo principal é compreender as dimensões da concepção jornalística da *Gazeta do Rio de Janeiro*, tomada como o marco da introdução da imprensa no Brasil. Resultado do viés interdisciplinar empreendido pela historiadora, essa abordagem é a grande originalidade da obra.

Na introdução, apresenta as produções historiográficas internacionais com as quais dialoga (José Tengarrinha, Robert Darnton, Daniel Roche e Lúcia Garcia Pallares Burke) para, em seguida, realizar um breve panorama da historiografia nacional sobre a introdução da imprensa no Brasil. A partir da delimitação de lacunas na historiografia nacional, apresenta os objetivos de sua obra. Recusa o esclarecimento, usual em trabalhos acadêmicos, sobre seus métodos de análise das fontes, justificativa do recorte temporal e categorias de análise utilizadas, deixando a cargo do leitor, no decorrer da leitura, a compreensão de suas escolhas.

O primeiro capítulo apresenta sinteticamente, por meio de historiografia sobre o tema, as peculiaridades da imprensa na Inglaterra, França e Portugal, ao longo do século XVIII para, em seguida, delinear as principais características da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Segundo Meirelles, a *Gazeta do Rio de Janeiro* estava vinculada a uma tradição de imprensa oficial portuguesa marcada pela criação da *Gazeta de Lisboa*, em 10 de agosto de 1715. Sua principal função era a de simbolizar o rei para que ele fosse lembrado, referenciado e lisonjeado, algo que expressava a visão organicista do poder encarnado no corpo do rei que, em si, assumia toda a coletividade, peculiaridade da imprensa portuguesa na Europa. A *Gazeta de Lisboa* também organizava as informações divididas por reino ou região e em ordem cronológica. Segundo a autora, essas características influenciariam fortemente a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Meirelles adverte, também, que o caráter oficial do periódico não diminuía sua importância. Se, para alguns contemporâneos, era considerado um jornal sem atrativos, a autora salienta que, para muitos personagens do período, a folha representou um importante veículo de institucionalização da palavra impressa, cuja existência era crucial para os seus interesses. Assevera também que, desde o primeiro número, a Junta Diretora da *Gazeta do Rio de Janeiro* pregava a imparcialidade, mesmo que esse ideal fosse baseado em uma vertente explicitamente comprometida com o poder. E mais, quando comparada com a *Gazeta de Lisboa*, apresentava uma importante peculiaridade: para Meirelles, desde o início, os comentários do redator realçavam um “viés opinativo”, o que, segundo a autora, marcava uma contradição em relação ao tradicional modelo de gazeta oficial portuguesa. A questão da imparcialidade será recuperada ao longo da

obra. Entretanto, já no capítulo inicial é nítido o esforço em estabelecer relações entre a imprensa periódica moderna brasileira e suas “origens” vinculadas à *Gazeta do Rio de Janeiro*. Para a historiadora, é fundamental perceber que “se atualmente o discurso de isenção, neutralidade e imparcialidade constituem-se uns dos mais valiosos atributos éticos da imprensa periódica moderna, é mister lembrarmos que o nascimento dessa ideia tem suas raízes na eloquência da *Gazeta do Rio de Janeiro*” (p. 72).

O capítulo 2 articula a atividade impressa da *Gazeta do Rio de Janeiro* à tradição de imprensa oficial portuguesa, identificando a dimensão interatlântica das notícias veiculadas no periódico. Aqui a autora apresenta uma pesquisa empírica meticulosa que certamente contribui de maneira significativa para a compreensão da abrangência dos espaços públicos de discussão no mundo luso-americano. Analisa minuciosamente as referências recíprocas entre a *Gazeta do Rio de Janeiro* e periódicos peninsulares como *Gazeta de Lisboa*, *Diário Lisbonense*, *Correio da Tarde*, *Correio de Lisboa* e *Minerva Lusitana*. Segundo a autora, diante do sentimento peninsular de orfandade e abandono, a circulação abrangente da folha, inclusive no Reino de Portugal, com especial destaque às notícias relacionadas às guerras napoleônicas, cumpria a função de mostrar aos súditos peninsulares e americanos que “o combate contra o inimigo era uma batalha comum, incessante e estava sendo delineada a partir das duas margens do Atlântico” (p. 120).

O diálogo da *Gazeta* com as folhas europeias foi intensamente influenciado pela guerra peninsular, havendo uma diferenciação na “confiabilidade” das informações veiculadas por folhas francesas (repudiadas e atacadas) ou inglesas (dignas de grande credibilidade). O periódico teria assumido a função de sustentar o Antigo Regime português, num claro intuito de reforçar laços entre o rei e os súditos, tendo como motor os eventos relacionados às guerras napoleônicas e sujeitos a interpretações particulares, constante revisão e seleção pelos editores da *Gazeta*. O governo joanino, por sua vez, teria concebido a imprensa como parte fundamental de sua ação política e cultural, seja através do incentivo financeiro às folhas de interesse real ou, ainda, através do combate aos jornais de tendência ofensiva ao governo, como o *Correio Braziliense*.

Meirelles observa mudanças substantivas na *Gazeta* a partir de 1815, com a reestruturação do jornal e uma nova composição administrativa de sua direção. Concomitantemente, sinaliza para a valorização do noticiário sobre o Brasil, principalmente a partir de 1816, com destaque à criação do Reino Unido. Nesse

momento, dedica-se à análise da pregação de imparcialidade que, segundo ela, foi tarefa paradoxal, uma vez que era acompanhada por uma explícita política de parcialidade praticada pelo jornal. Embora reafirme o vínculo estreito da *Gazeta do Rio de Janeiro* a uma concepção de imprensa oficial portuguesa, reconhece peculiaridades fundamentais do periódico analisado que, segundo a historiadora, revelavam uma nova forma de se fazer jornalismo, marcando a origem de muitos valores “que, atualmente, perpassam a concepção jornalística da grande imprensa brasileira” (p. 146).

No terceiro e último capítulo, dedica-se à compreensão das relações entre redator e leitores, tanto através do discurso do primeiro, como da participação dos últimos na seção “Avisos” do jornal. Para Meirelles, essa análise possibilita ao historiador visualizar os interesses que o anunciante desejava transmitir no momento em que optou por utilizar esse espaço como meio privilegiado de interação social. Após apresentar a variedade de anúncios publicados na *Gazeta*, realizando uma série de inferências sobre seus significados, conclui que, pelas características gerais dos avisos, seus anunciantes (e possíveis leitores da *Gazeta*) eram comerciantes, negociantes, estrangeiros, viajantes e mulheres “livres” da cidade. Tratava-se, portanto, de um público intelectual e economicamente privilegiado. Dos anúncios analisados, merecem destaque os avisos literários que, associados aos diversos estabelecimentos de livros na cidade, indicavam que hábitos de leitura estavam ganhando espaço e sendo interiorizados pela sociedade alfabetizada do Rio de Janeiro. A partir de 1817, a autora também verifica a recorrência de anúncios de narrativas individuais relativas a situações jurídicas, o que, segundo ela, demonstrava como a imprensa “também passava a ser compreendida pela sociedade como uma arena de debates capaz de legitimar as ações da vida privada”, momento em que “a ‘opinião do público’ já começava a ser validada pela própria ‘ação’ e ‘iniciativa’ dos leitores da *Gazeta*” (p. 165).

Ainda no terceiro capítulo, Meirelles empreende análise refinada de duas coleções da *Gazeta* anotadas a bico de pena, encontradas pela historiadora na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca d’Ajuda, no intuito de captar algumas formas possíveis de leitura do periódico. A partir das marcas textuais realizadas por colecionadores e possíveis subscritores da *Gazeta*, realiza uma variedade de inferências: preocupação dos leitores com o uso mais apurado da língua portuguesa, expressão de certa desconfiança sobre as informações veiculadas, perfil social e econômico dos leitores, apenas para citar alguns exemplos. A partir da análise minuciosa das anotações do colecionador que justificava a

ausência de um dos números, a historiadora descortina importantes aspectos do processo de leitura, circulação e impressão do periódico.

O terceiro capítulo é encerrado pela identificação de transformações substantivas na redação relacionadas à concorrência com novos jornais que adentraram a cena pública em articulação com os impactos da Revolução do Porto, a partir de 1820. Em primeiro lugar, a autora defende que a convulsionada conjuntura política que se inaugura é sempre noticiada a partir da versão monárquica dos fatos, o que não teria impedido a folha de incorporar novos procedimentos (como o debate político com outros jornais) e temas (como a polêmica acerca dos limites à liberdade de expressão). O retorno de d. João a Portugal e a instalação da regência de d. Pedro são acompanhados por uma reestruturação que inauguraria uma nova fase na redação do jornal (novo *layout* e formato, nova periodicidade e mudança da mesa diretora). Segundo a historiadora, a *Gazeta* precisava conservar seus assinantes e conquistar novos leitores diante da concorrência com outros jornais. Progressivamente, as cartas de leitores e abaixo-assinados da sociedade ganhavam espaço no periódico. Essas transformações teriam representado a tentativa da *Gazeta* de inserir-se em um processo de ordem mais ampla de formação da opinião pública, o que, segundo Meirelles, não significava, para a *Gazeta*, permitir aos leitores que expusessem seus olhares divergentes, mas sim que a publicação dessas cartas estava vinculada ao “ato de publicar as notícias sem omissão”. A discussão, na imprensa do período, sobre a demissão do redator Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, também revelava, segundo a autora, uma nova relação com o público leitor.

A conclusão do capítulo (e da obra) se dá nesse momento de inflexão do discurso da *Gazeta*, fortemente influenciada pelo retorno de d. João VI a Portugal e pela instalação da regência de d. Pedro no Brasil. Nas considerações finais, Meirelles retoma as principais ideias dos capítulos, reafirmando suas hipóteses.

Em se tratando de um momento crucial para a formação do Brasil como Estado nacional soberano, a ausência da historiografia sobre o tema espanta, uma vez que a obra é dedicada à compreensão da introdução da imprensa *no Brasil*. Essa lacuna historiográfica leva a autora ao emprego de algumas expressões conceitualmente anacrônicas e imprecisas (“primeira tipografia brasileira” – p. 23; “primeira *Gazeta* brasileira” – p. 66 e 68; o emprego do adjetivo “nacional” para referir-se a notícias veiculadas sobre o reino do Brasil em 1817 – p. 76). Evidentemente, *esse país* de que fala Meirelles é substancialmente diferente, embora não totalmente, do Estado nacional brasileiro que se consolidou em

meados do século XIX. Convém esclarecer que o adjetivo “nacional” empregado na documentação produzida no Brasil até 1821 era, evidentemente, o “nacional português”. Nenhuma linha é dedicada à crise do Antigo Regime português na América, embora a autora se proponha a estudar o papel da *Gazeta do Rio de Janeiro* “nos momentos finais do absolutismo monárquico português” (p. 235). Sua escolha, por outro viés, não é, ao menos, justificada, diante de uma produção historiográfica tão profícua e contundente sobre o tema como a de que atualmente dispomos.

Segundo a historiadora, o último número da *Gazeta do Rio de Janeiro* é publicado em 29 de dezembro de 1821. Após o retorno do rei a Portugal, em abril de 1821, Meirelles identifica uma mudança na linha editorial da *Gazeta*. Por isso, sua investigação encerra-se a partir dos números do periódico que expressam essa mudança, publicados entre maio e agosto de 1821. Sabemos, porém, que a folha circula até 31 de dezembro de 1822, tendo seu nome alterado para *Gazeta do Rio* a partir de janeiro do mesmo ano, informação omitida pela autora. Dessa forma, se a ausência de um rigoroso recorte temporal e de uma justificativa para tanto torna a obra mais acessível, e pode ser justificada a partir do referencial teórico da história das ideias ou cultural, a imprecisão provoca certa confusão e induz ao erro. Ademais, incomoda a inadequação entre os títulos dos capítulos e seções e os temas efetivamente tratados, como, por exemplo, na seção “Imprensa, Revolução do Porto e os ecos políticos no Rio de Janeiro (1817-1820)” do terceiro capítulo (ver p. 180). Nesta seção, todo o texto é dedicado aos impactos provocados pela Revolução do Porto, o que não coincide exatamente com a periodização apresentada em seu título.

A insistência na hipótese de que a *Gazeta do Rio de Janeiro* apresenta um viés “opinativo”, o que, por sua vez, representaria uma peculiaridade em relação à tradição de imprensa oficial portuguesa, é passível de relativização. A aproximação do jornal com outras gazetas semelhantes apoia em certa medida essa hipótese, mas talvez ela não se sustente se compararmos a *Gazeta do Rio de Janeiro* com jornais como o *Correio Braziliense* que, como a própria autora sinaliza, estava inserido no mesmo espaço público de discussão. Além de raros, os escritos de caráter opinativo relacionam-se diretamente com o tempo-espaço no qual a *Gazeta* começou a ser publicada. Parece-nos que a conjuntura crítica em que se encontrava o Império português impelia a *Gazeta*, veículo oficial da corte, aos comentários de caráter “opinativo”, dimensão abordada pela autora, mas que a leva, por vezes, na tentativa de valorizar essa fonte de pesquisa, a



relativizar o caráter oficial do periódico e a supervalorizar uma dimensão que não era a sua tônica. Convém também esclarecer que a imprensa que se consolidaria a partir de 1821 no Rio de Janeiro configura-se como uma “imprensa de opinião” de maneira substancialmente diferente do “viés opinativo” atribuído por Meirelles à *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Para finalizar as considerações críticas, cabe ressaltar que a insistência na continuidade entre aspectos da dimensão jornalística da *Gazeta* e a imprensa periódica brasileira contemporânea carece de demonstração empírica, e embora seja uma hipótese reiterada ao longo de toda a obra, parece tema que demanda tratamento específico e, talvez, represente um desafio para uma pesquisa futura. Não obstante, a própria autora sinaliza para alguns problemas subjacentes a essa aproximação, como as peculiaridades na concepção de termos como “notícia”, “verdade”, “imparcialidade”, próprios do início do século XIX e que são substancialmente diferentes daqueles usados posteriormente.

Mesmo que em muitos aspectos o esforço de valorização da *Gazeta do Rio de Janeiro* como “o primeiro periódico brasileiro” imponha ressalvas à leitura da obra, bem como que a mesma se ressinta de certa falta de rigor na delimitação temporal e no diálogo com a historiografia, a abordagem das dimensões da concepção jornalística presentes na folha, resultado do louvável esforço interdisciplinar da historiadora, é, indubitavelmente, uma importante originalidade deste trabalho que acaba por trazer contribuição decisiva para compreender a abrangência interatlântica da constituição do espaço público no mundo luso-americano. Dessa forma, e a despeito das críticas de que é merecedor, o livro de Meirelles surge como referência obrigatória para historiadores dedicados ao tema, por enfrentar o desafio de analisar problemas cujos significados são, sem sombra de dúvida, igualmente relevantes e de difícil apreensão.

Recebido: fevereiro/2009 - Aprovado: junho/2009.